

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Presidente
BERNARD DA COSTA CAMPOS — Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO — Diretor Executivo

MAURO GUIMARÃES — Diretor

FERNANDO PEDREIRA — Redator Chefe

MARCOS SÁ CORRÉA — Editor

JOSÉ SILVEIRA — Secretário Executivo

Questão de Confiança

COM uma declaração política — “o Ministério que mereceu a confiança do Presidente Tancredo Neves mèrece a minha confiança” — o Presidente José Sarney respondeu ao pedido coletivo de demissão com que os Ministros quiseram deixá-lo com liberdade para organizar o Governo. Pagou com a mesma confiança política.

O gesto de depositar os cargos nas mãos do Presidente foi uma formalidade, mas a resposta tem o sentido político de confirmação do Ministério. Implica, pelos mesmos motivos, a validade do programa de ação definido por Tancredo Neves na primeira reunião do Ministério. O Presidente Sarney leu para os Ministros o discurso em que o Presidente Tancredo Neves desenvolveu a doutrina e o método de ação solidária: um por todos e todos pelo Governo.

Está confirmado, pois, o Ministério da Nova República, agora sob a responsabilidade presidencial de José Sarney, a partir dos pressupostos de que não haverá áreas administrativas com a obrigação de conter despesas e áreas privilegiadas para gastar. São todos igualmente responsáveis pela obrigação de dar exemplo de austeridade, como contrapartida do Executivo pelos sacrifícios impostos à sociedade.

O Ministério José Sarney é a projeção das responsabilidades políticas da Aliança Democrática que, com a sua composição de forças no Colégio Eleitoral, garantiu a vitória dos candidatos e tem base para dar sustentação parlamentar ao Governo. O documento de formação da Aliança é um pacto de princípios realizáveis a curto e médio prazos. O compromisso final é a eleição da Assembleia Constituinte em 86, como conclusão do processo de mudanças imediatas. Mudança de comportamento político e mudanças nas instituições, para a implantação da Nova República.

A definição das responsabilidades e da doutrina operacional do Ministério, no discurso de sua instalação, foi confirmada como roteiro para acelerar as iniciativas que perderam o ritmo em função da longa doença do Presidente Tancredo Neves. É o momento de retomá-las com a responsabilidade aumentada, porque agora se trata de honrar a confiança que o Presidente Tancredo Neves demonstrou ao escolher os Ministros e o Presidente Sarney reafirmou ao mantê-los. O compromisso de todos é o mesmo perante a Nação: transfere-se para o sucessor a mesma esperança que Tancredo Neves mereceu de todos os brasileiros.

Mensageiro do pedido coletivo e da resposta do Presidente, o Ministro da Justiça declarou que é José Sarney o coordenador político de um Governo

plenamente consciente da necessidade de pensar e agir com absoluta unidade. Na condição de executor político, o Ministro Fernando Lyra anuncia a reativação de todas as iniciativas já em andamento e das outras, que são do conhecimento público mas ainda não se traduziram em medidas práticas.

Pois bem, a Nação quer sentir o pulso político do Governo já na emenda que devolverá às Capitais brasileiras o direito de eleger este ano os seus Prefeitos. A Nova República não tem razões para retardar o teste eleitoral que se situa muito acima dos interesses políticos das correntes que formam a Aliança Democrática. Esses bolsões de abstinência eleitoral — as Capitais dos Estados — que o autoritarismo criou, terão que ser ocupados pelos cidadãos o mais rápido possível como etapa preparatória das eleições de 86. E não são apenas as Capitais, mas também as estâncias hidrominerais e outras cidades arroladas como áreas de segurança nacional apenas para cassar o direito de voto da população. É hora, portanto, de reintegrá-las na área de segurança democrática.

Não há mais o que discutir: a comissão interpartidária que prepara o substitutivo não está incumbida de se antecipar às responsabilidades da futura Constituinte, e sim de restaurar o tecido representativo pelo preenchimento dos vazios criados pelo autoritarismo. Deve, portanto, restringir-se ao essencial, capaz de apressar a unidade de votos dos seus integrantes e garantir a possibilidade de sua aprovação imediata pelo Congresso.

A pequena reforma eleitoral e partidária se destina a desembarpaçar a legislação que cerceia a liberdade dos partidos e discrimina o eleitorado. A supressão das barreiras que impedem as coligações partidárias e exigem a vinculação de votos dispõe de consenso no Congresso e atende aos interesses democráticos dos partidos e da sociedade. A liberdade de organização de partidos é reconhecida como indispensável e inadiável à pluralidade social, constrangida pelas dificuldades que cerceiam correntes políticas latentes. O Brasil anseia pela autenticidade política capaz de atender à diversidade de idéias e representá-la socialmente.

Na primeira reunião com os líderes da Aliança Democrática, como sucessor de Tancredo Neves, o Presidente José Sarney declarou a necessidade de serem apressadas as reformas institucionais. A Nação espera que o Governo se mostre capaz de gerar imediatamente fatos políticos no ritmo das necessidades democráticas. Pois a República só será realmente nova à medida que a remoção dos obstáculos a distanciem do passado e lhe permitam ingressar imediatamente no futuro.